

Breves comentários sobre o século XXI

Resenha de: HOBBSAWM, Eric. *Globalização, democracia e terrorismo*. São Paulo, Companhia das Letras, 2007, 182p.

Sara Celeste Boechat Cordeiro

Mestranda Programa de História Comparada da UFRJ, Rio de Janeiro, Brasil

“Globalização, democracia e terrorismo” é um livro formado por uma série de palestras e conferências proferidas pelo historiador inglês Eric Hobsbawm entre os anos de 2000 a 2006. Talvez, o curto tempo tenha impedido o autor de fazer um maior aprofundamento teórico em cima de questões tão importantes como democracia, terrorismo, Estado Nacional, guerra e paz. Porém, isso não significa que Hobsbawm não teorize, lance hipóteses sobre tais temas.

O fato de o livro ser um compêndio de palestras dadas para diferentes públicos e lugares, pode levar à falsa impressão de que se trata de uma “colcha de retalhos”, com textos sem nenhuma coerência entre si. Ao contrário, todos os capítulos de Hobsbawm seguem um mesmo pressuposto e, a partir deste, ele constrói suas teses principais.

O pressuposto (dando continuidade ao seu livro “Era dos Extremos – o breve século XX – 1914-1991”, que afirma que o século XX inicia-se, na verdade, com a I Guerra Mundial) é de que 1989 é um marco na história da humanidade, pois, a partir dessa data, ou seja, da queda do Muro de Berlim e posterior dissolução da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (em 1991), uma nova ordem global (sabendo que alguns aspectos desta já se anunciavam nas décadas anteriores) vai sendo configurada. Assim, Hobsbawm, sem perder um olhar de cidadão inglês (ou seja, de uma nação do chamado Primeiro Mundo, o “capitalista desenvolvido”) afirma que o que o século XX entendia como democracia, Estado Nacional, guerra, paz, relações internacionais está em reconstrução. A realidade está se modificando de forma acelerada e os conceitos não estariam dando conta dessa aceleração da realidade.

Podemos destacar algumas das teses principais do autor: a era dos impérios acabou, o Estado territorial moderno passa por uma crise de legitimidade. O equilíbrio internacional de poder existente desde a II Guerra Mundial entrou em colapso, não existe globalização política e a democracia liberal não dá conta das necessidades/características dessa nova realidade social.

O ano de 1989 teria inaugurado uma era de instabilidade internacional. Desde então, não haveria mais um sistema de poder internacional. Hobsbawm vê, na Guerra Fria, um elemento “estabilizador”, pois a dissolução da URSS representaria uma liberação dos entraves às guerras entre os países e às intervenções armadas de uns países nos assuntos de outros. Assim, a perspectiva apontada pelo autor não é animadora, já que não existiria uma força internacional realmente neutra e os organismos internacionais atualmente existentes (como a ONU), estariam sempre à mercê das instabilidades da política de poder.

Todas as questões apontadas pelo historiador inglês estão intimamente ligadas, sendo impossível discutir um ponto sem se remeter ao outro. Assim, o sistema de poder internacional, baseado nos Estados nacionais soberanos em colapso, reflete que esses Estados, também internamente, estão em crise. Os Estados – inclusive os mais fortes e estáveis – teriam perdido o monopólio absoluto da força coercitiva. O equipamento necessário à guerra (e, aí, o conceito de guerra e paz também se modifica) está disponível para diversas entidades privadas. Além disso, estaria se dando, também, uma “crise moral” do Estado perante os cidadãos. Estes já não aceitariam mais, voluntariamente, as obrigações perante as autoridades governamentais. Hobsbawm considera a crise tão grave que chega a duvidar que qualquer país possa realizar grandes guerras com exércitos recrutados, prontos para lutar e morrer sem vacilação “pelo país”. O que é o “país” está também em crise. O autor chama atenção para um dado bem interessante, que é o fato de a proliferação de meios tecnológicos, e outros, de manter os cidadãos sob vigilância o tempo todo não estar significando o aumento da efetividade do Estado e da lei. Aqui, podemos fazer um questionamento – não realizado em nenhum momento por Hobsbawm – importante para pensarmos em que medida essa crise do Estado Nacional pode facilitar a mobilização das classes que sempre foram marginalizadas por esse Estado: por que a crise de efetividade do Estado não está significando, na mesma proporção, o aumento das organizações populares?

Na visão de Eric Hobsbawm, o Estado-nação também estava baseado na presunção de que este podia proporcionar aos habitantes serviços que, de outra maneira, não poderiam ser prestados com efetividade e esta presunção está sendo afetada não só pelo enfraquecimento do poder do Estado, mas também, desde a década de 70, pelo retorno, por parte de ideólogos e políticos, a um *laissez-faire* ultra-radical que critica o Estado e sustenta que seu papel tem de ser reduzido a qualquer preço.

Continuando a construir a sua “teia” de pensamento, o autor parte para a questão da democracia, enfocando a chamada “democracia liberal”. Como visto no parágrafo anterior, um dos pilares da política moderna – o Estado territorial moderno – está enfraquecido, o que quer dizer que a política está sendo definida de outra forma. E isso relaciona-se com as perspectivas da democracia. “Dentro de 30 anos haverá uma Espanha, ou uma Itália, ou uma Grã-Bretanha una e indivisível, como fulcro primordial da lealdade dos seus cidadãos?” (p.106) Se o Estado Nacional está em crise, a forma política em que se configura internamente – a democracia liberal – também entra em crise. Estaria havendo um declínio na vontade dos cidadãos de participar da política, assim como na efetividade da maneira clássica de exercer a cidadania, ou seja, a eleição. Poucos governos gozariam hoje da confiança antecipada. Nas democracias multipartidárias, eles raramente contam com a maioria real dos votos. Assim, não seria a democracia eleitoral que, necessariamente, asseguraria a liberdade de imprensa, os direitos dos cidadãos e um poder judiciário independente. Os governos democráticos estariam cada vez mais tomando decisões fora das instâncias democráticas (a decisão de ir à guerra contra o Iraque nos EUA e Grã-Bretanha seriam exemplos) e o mais afastado possível do alcance da publicidade. Pode-se dizer que o autor entende que está se dando um processo de privatização da política.

A democracia também estaria numa “sinuca de bico” pela enorme aceleração da globalização econômica e pelo disseminar das idéias e práticas neoliberais. Para o autor, o ideal da soberania do mercado não é complementar à democracia liberal, mas **alternativo a esta**. Para ele, esse ideal seria uma alternativa a todos os tipos de política, pois despolarizaria a sociedade. Ou seja, negaria a necessidade de decisões políticas, que seriam as voltadas para os interesses comuns. O mercado proporcionaria tudo, o consumidor tomaria o lugar do cidadão. Ele lembra o autor Francis Fukuyama que afirmaria que as populações querem a soberania do consumidor. Hobsbawm diz que

realmente as populações querem a soberania do consumidor mas questiona se essa escolha é compatível com o que tem sido visto como um sistema político liberal-democrático.

Assim, a política seria o campo mais impermeável às mudanças que estão se operando no mundo. Haveria um descompasso entre os aspectos da vida contemporânea: os que estão sujeitos à globalização e às pressões da padronização global (como ciência, tecnologia, economia) e os que não estão sujeitos a ela, o Estado e a política, principalmente.

Hobsbawm afirma – e considero que essa é uma das principais conclusões dele – que os problemas do século XXI estão sendo resolvidos com um conjunto de mecanismos políticos que são inadequados para resolvê-los. Seriam inadequados pois esses mecanismos estão inscritos no interior das fronteiras dos Estados Nacionais e, nesta atual era de globalização econômica, cada dia mais novos atores não estão mais confinados nessa geopolítica. Por exemplo, as empresas transnacionais: dentro dessa linha de raciocínio, a democracia é apontada também como um instrumento não eficaz para resolver os problemas globais ou transnacionais. Hobsbawm, ao explicar os limites da democracia representativa, lembra que hoje uma parcela crescente da vida humana ocorre fora do âmbito de influência dos eleitores.

As diversas questões levantadas por Hobsbawm são bastante complexas e exigem um mergulho mais profundo na teoria (e deve se deixar claro qual teoria). Considero a reflexão do autor e seu posicionamento, de que o historiador deve refletir sobre o momento atual e propor a partir dessa reflexão, de suma importância. Principalmente, nestes tempos de apologia da fragmentação e de uma postura não-propositiva dos cientistas sociais em geral. Porém, as ferramentas teóricas utilizadas por Hobsbawm e as dificuldades de se analisar o tempo presente, fazem com que em vários momentos de seus empolgantes textos a análise fique limitada. Por exemplo, quando ele afirma que as populações querem a soberania do consumidor: Que populações? Onde? Faltaria dar a sua análise uma dimensão classista, para que não caia na visão liberal de que o Estado é um contrato social entre indivíduos para que os interesses comuns possam ser atendidos. Em muitos momentos, o autor separa de forma mecânica as esferas política e econômica ao dar a entender que a economia

neoliberal estaria matando uma instituição realmente democrática, que seria a democracia liberal pré-1989. Mas, de qualquer forma, o que Hobsbawm nos traz com esse texto é o desafio de pensar e entender que mundo está se construindo diante de nossos olhos e que mundo queremos construir.

cordeiro.sara@yahoo.com.br

(Instituto de Filosofia e Ciências Sociais – Programa de Mestrado em História Comparada - Largo de São Francisco, número 1 – Centro – Rio de Janeiro – CEP: 20051-070)